

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



A CARTA ARQUEOLÓGICA DE AVIS. REFLEXÕES SOBRE O PALEOLÍTICO

Ana Cristina Ribeiro / Arqueóloga, Centro de Arqueologia de Avis / arqueologia@cm-avis.pt.

Maria Margarida Salvador / Arqueóloga, Investigadora Colaboradora do Centro de Arqueologia de Avis.

RESUMO

Avis correspondia, no que diz respeito à Pré-História Antiga, a um espaço vazio, localizado entre as bacias hidrográficas do Tejo e do Guadiana. Pelas características deste território, marcado por duas linhas de água de grande importância, as ribeiras Grande e de Seda, era premente desencadear os trabalhos necessários que permitissem verificar a existência de vestígios paleolíticos. Neste sentido, foram definidas, no âmbito da Carta Arqueológica de Avis, prospecções direccionadas para a identificação de testemunhos das primeiras ocupações humanas.

Os resultados preliminares desses trabalhos, iniciados em 2011, são agora apresentados. Pretende-se ainda debater os principais obstáculos que poderão estar na origem das dificuldades de identificação de ocorrências de cronologia tão recuada, assim como as perspectivas de continuidade desta vertente do projecto.

ABSTRACT

The region of Avis was a blank space with regards to the Palaeolithic in the north-eastern half of the Alentejo, despite being made up of two important rivers the Ribeira da Seda and Ribeira Grande and located between two major Iberian river valleys the Tagus and the Guadiana, both of which have presented abundant Palaeolithic sites over the course of the last century.

As the research project “Carta Arqueológica de Avis” advanced with the mapping and localization of archaeological sites, it seemed obvious that it was the right time to investigate the lack of Palaeolithic in this specific region. Therefore as the work progressed a sideline of research was developed in 2011, focusing specifically on the Palaeolithic question. After analysing updated bibliography a plan for systematic surveying of the Pleistocene deposits was prepared and is in progress at this moment.

UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Avis situa-se no Alto Alentejo, no distrito de Portalegre, e tem como zonas limítrofes os concelhos de Ponte de Sor, a Norte e Oeste, Alter do Chão, a Norte e a Este, Fronteira e Sousel, a Oeste e Sudeste, e Mora, a Sudoeste. Com uma área de 606 km², distribuem-se pelo concelho as oito freguesias que o constituem: Alcórrego, Aldeia Velha, Avis, Benavila, Ervedal, Figueira e Barros, Maranhão e Valongo. O território encontra-se fortemente marcado pela albufeira da barragem de Maranhão, abrangendo ainda, no limite oeste do concelho, parte da albufeira da barragem de Montargil.

A área em estudo situa-se numa zona de fronteira entre o limite oriental da Bacia do Baixo Tejo, onde predominam os sedimentos terciários e quaternários,

mais evidentes na faixa Oeste do concelho, e o Maciço Antigo, associado a formações pré-câmblicas e paleozóicas constituídas por xistos, grauvaques, quartzitos, conglomerados e rochas carbonatadas.

O concelho apresenta um relevo fraco, que varia entre os 60 e os 240m, caracterizando-se por uma planura, de relevo ondulado suave a muito suave, marcado, em particular nas zonas de Aldeia Velha, Avis e Maranhão, por manchas destacadas de xistos. As rochas granitoides surgem, na sua maioria, na zona nascente do concelho, enquanto na zona sudeste predominam os calcários e os calcretos.

As principais unidades pedológicas identificadas no concelho correspondem a solos mediterrâneos pardos e vermelhos ou amarelos e solo litólicos não húmidos, registando-se também, em manchas mais dispersas, os solos podzolizados e litosolos.

Todo o território encontra-se bem irrigado, sendo

recortado por cursos de água que se encontram associados à margem esquerda da Bacia do Tejo, de onde se destacam as bacias hidrográficas das ribeiras Grande e de Seda e os seus principais subsidiários. Na extremidade poente do concelho encontra-se a ribeira de Santa Margarida, associada à bacia hidrográfica da ribeira de Sor.

O PROJECTO CARTA ARQUEOLÓGICA DE AVIS. NOTAS GERAIS

A diversidade natural que caracteriza o território que hoje corresponde ao concelho de Avis constituiu, desde os tempos mais recuados, um atractivo para a fixação humana. De forma a criar uma visão global e integrada dos testemunhos deixados ao longo do tempo pelas diversas comunidades que ocuparam a região, foi iniciada, em 2005, a Carta Arqueológica de Avis, projecto de investigação promovido pelo Município de Avis, através do qual se pretende realizar o levantamento do património arqueológico do concelho e proceder à sistematização dos dados reunidos.

O início do projecto foi marcado pela insuficiência de referências ao património arqueológico do concelho, a qual contrasta com a diversidade de locais de interesse. Se uma parte dos sítios é hoje conhecida, tal facto deve-se aos trabalhos desenvolvidos neste território desde o final do século XIX, os quais permitiram, apesar de realizados com objectivos e metodologias bem diversificados, reunir um conjunto de elementos fundamentais para a caracterização arqueológica da região.

Porém, a documentação associada a esses trabalhos é em número claramente reduzido e insuficiente, em muitos casos, para retratar as realidades citadas, dificultando a interpretação dessas referências e a sua respectiva identificação no terreno. Perante este cenário, era essencial promover a revisão dos dados existentes, desenvolvendo-se, simultaneamente, estratégias orientadas para a identificação de novos sítios.

Os trabalhos realizados têm contribuído de forma determinante para a alteração do quadro de referência do património arqueológico local, promovendo, não só a identificação e inventariação de monumentos e sítios arqueológicos, mas também a caracterização preliminar da diversidade de formas de ocupação do território.

Os resultados obtidos entre 2005 e 2009 só pode-

riam adquirir expressão numa perspectiva de continuidade, pelo que o projecto foi retomado em 2011. Ao longo das 4 campanhas já concretizadas desde o início da Carta, foram documentadas 163 ocorrências, correspondentes a sítios conhecidos e relocados¹ e a sítios inéditos, estes últimos perfazendo um total de 94 registos do total da amostra reunida. Tendo por base o conhecimento adquirido ao longo do projecto, e tendo em consideração o amplo espectro cronológico associado à ocupação do território, procurou-se, na segunda fase da Carta Arqueológica, direccionar os trabalhos para áreas específicas de análise. Uma das prioridades definidas foi a identificação de testemunhos atribuíveis ao Paleolítico, período que correspondia a um espaço vazio para a área em estudo. Estes trabalhos, ainda a decorrer, tiveram início na campanha 03/2011, sendo desenvolvidos em parceria com Maria Margarida Salvador².

A CARTA ARQUEOLÓGICA DE AVIS E O PALEOLÍTICO: UMA PRIMEIRA LEITURA

Avis integra-se numa área geográfica caracterizada pela insuficiência de informação arqueológica no que diz respeito à Pré-História Antiga. De facto, e analisando os dados publicados ou contidos na base de dados de sítios arqueológicos, o número reduzido de ocorrências registado para o Alentejo, em particular para o Alto Alentejo³, é pouco expressivo para um território tão vasto e com características naturais propícias à movimentação humana durante o Paleolítico.

1. Os locais referidos na bibliografia ou em trabalhos antigos que não foram confirmados no terreno não se encontram incluídos neste inventário.

2. A Arqueóloga tem colaborado, desde 2003, com o serviço de Arqueologia do Município de Avis na realização de diversas acções, tendo passado a integrar, em 2011 e como investigadora colaboradora, a equipa do Centro de Arqueologia de Avis, encontrando-se associada ao projecto Carta Arqueológica de Avis.

3. Os vestígios registados no Portal do Arqueólogo para o distrito de Portalegre correspondem a 36 ocorrências, distribuídas pelos concelhos de Alter do Chão (1), Fronteira (7), Monforte (2), Ponte de Sor (4), Nisa (4), Gavião (3), Castelo de Vide (1), Portalegre (1), Marvão (8), Arronches (3) e Campo Maior (2). A tipologia dos sítios é variada, incluindo habitats (3), acampamentos (2), estações de ar livre (10), manchas de ocupação (2), arte rupestre (2), depósitos (1), achados isolados (11) e vestígios diversos ou indeterminados (5).

Esta visão parcial tem vindo, progressivamente, a adquirir novos contornos decorrentes da identificação de vestígios paleolíticos associados, em muitos casos, a áreas para as quais a informação era escassa ou até mesmo inexistente.

Os trabalhos efectuados no decurso da construção da barragem de Alqueva foram, sem dúvida, determinantes neste processo, mas é com o desenvolvimento recente de estudos direccionados para o Paleolítico⁴ que se desenvolvem focos relevantes de abordagem continuada e sistemática das ocupações paleolíticas em algumas zonas do Alentejo.

No caso de Avis, importava compreender o que poderia estar na origem da ausência de vestígios paleolíticos, e quais os fenómenos que determinaram, caso se confirmem os indícios de uma ocupação tão recuada, as movimentações e as formas de ocupação neste território.

Aproveitando a experiência de campo em Paleolítico de uma das signatárias, foi integrado, no âmbito da Carta Arqueológica, um plano de intervenção orientado para o estudo da Pré-História Antiga neste território. A sua concepção assentou na recolha de bibliografia e informação actualizadas e na análise prévia da geologia, geomorfologia e geografia da região, factores que permitiram definir, numa primeira fase, indicadores de potenciais zonas com condições favoráveis à permanência temporária de grupos de caçadores-recolectores, a confirmar posteriormente a partir de prospecções.

Este levantamento prévio incidiu, em especial, nas áreas de Quaternário/Plistocénico integradas na folha 32-C da Carta Geológica de Portugal, escala 1/50000, opção inicial que teve em consideração a problemática das designações tradicionais e a correlação dos terraços quaternários, confirmando-se, através de prospecções, algumas discrepâncias entre a cartografia e realidade geomorfológica.

A evolução dos trabalhos e o conhecimento efectivo das realidades geomorfológicas em campo permitiram determinar que mais do que incidir a prospecção nas manchas cartografadas na Carta Geológica, era fundamental, para o caso de Avis e even-

tualmente para outros concelhos, efectuar, de forma sistemática, a cobertura de linhas de água, principais ou secundárias, com potencial estratigráfico.

As áreas prospectadas até ao momento incidiram nos depósitos quaternários (Q_f) identificados sobretudo na folha 32-C da Carta Geológica de Portugal, escala 1/50000 e que correspondem a terraços fluviais atribuídos ao Plistocénico, constituídos por areias, com seixos e calhaus predominantemente de quartzo, rolados e sub-rolados, de grauvaque, de xisto e de granito, elementos que reflectem a geologia atravessada por essas linhas de água.

Estes depósitos estão localizados, na sua maioria, na zona oeste do concelho, estando associados à margem esquerda da Ribeira de Sor, actualmente integrada na albufeira de Montargil, e abrangendo os vales subsidiários, correspondentes às ribeiras de Santa Margarida e da Margem e ao ribeiro do Cortiço, onde os terraços apresentam cotas que variam entre 150-140m, 130-120m, 110-100m e 90-80m.

Para a restante área do concelho verifica-se a ocorrência de algumas manchas associadas a linhas de água e que correspondem às seguintes zonas: terraços baixos da Ribeira de Seda (90-80m) e da Ribeira de Almadafe (110-100m), na zona da freguesia de Maranhão; Ribeira de Sarrazola, a Este de Benavila, com cotas que variam entre 150 e 130m; na zona de Ervedal foram identificadas manchas de depósitos nas margens da Ribeira Grande, em cotas que oscilam entre 153 e 130m; na Ribeira do Alcórrego existem depósitos de terraços fluviais, com cotas entre 200-190m; e os depósitos fluviais isolados que contemplam cotas situadas entre 140 e 80m e entre 160 e 140m (AAVV, 2009, p.16-17).

Na análise do território houve ainda a necessidade de se proceder à identificação de eventuais alterações geomorfológicas que pudessem estar na origem do desaparecimento de potenciais áreas de ocupação humana. Para este facto contribuiu também a construção, na década de 50, da barragem de Maranhão, com a submersão de uma parte significativa dos terraços adjacentes às principais linhas de águas.

Os vestígios identificados até ao momento encontrando-se associados a achados isolados ou dispersos e correspondem aos sítios Monte Velho 1, Camões 1, Maranhão 1 e Areeiro 2. Confirmou-se a existência de indícios nas zonas confinantes com os terraços plistocénicos, associadas, na Carta Geológica, à Formação de Vale de Guizo, e que integram os achados de Monte Velho 1, que poderá cor-

4. Sobre esta questão importa destacar o levantamento realizado na bacia hidrográfica do rio Sado (BURKE, A. et al, 2011), e os trabalhos desenvolvidos no Alto Alentejo, em particular na zona de Nisa (ALMEIDA, N., DEPREZ, S. e DAPPER, M., 2007; ALMEIDA, N., CARVALHO, V. e AVELLEIRA, A., 2011).

responder a um local de depósito, e de Maranhão 1, o qual poderá resultar de escorrências.

Relativamente aos achados efectuados em Camões 1, a aparência rolada das peças sugere a deposição secundária das mesmas, sendo difícil a sua correcta classificação. Estes vestígios poderão estar associados ao artefacto recolhido, na década de 80, no sítio de Bembelide, localizado nas imediações (SISMET, 1984).

Já no que se refere ao local Areeiro 2, os materiais recolhidos poderão indiciar a existência de um potencial sítio arqueológico, facto que terá de ser confirmado com a cobertura mais extensa da área quando existirem condições de visibilidade para tal.

Neste momento, a tipologia dos materiais recolhidos, assim como a ausência de contextos estratigráficos conservados, dificultam a atribuição cronocultural aos vestígios reunidos.

A identificação de vestígios, atendendo aos contextos geomorfológicos e geológicos a que se encontram associados, poderá alterar-se em função da eventual abertura de trincheiras nos depósitos quaternários, acções que poderão colocar a descoberto eventuais materiais que aí possam estar depositados. Por essa razão, considera-se que algumas áreas já prospectadas possam vir a ser objecto de novos trabalhos na sequência de movimentações de terras associadas, por exemplo, a actividade agrícola. O mesmo se aplica para algumas zonas que apresentam vegetação densa, impossibilitando a sua cobertura eficaz.

As realidades registadas, apesar de não constituírem dados conclusivos, permitem definir novas perspectivas de trabalho ao nível da identificação de vestígios correlacionáveis com eventuais ocupações atribuídas ao Paleolítico, e que se poderão materializar nas fases de trabalhos subsequentes.

Apesar de identificadas na cartografia, uma parte das áreas previamente definidas encontra-se, por factores de natureza diversa, por cobrir, pelo que a continuidade do projecto é fundamental para uma leitura mais ampla e completa do território.

Os dados reunidos até ao momento, não obstante o seu carácter preliminar, constituem um ponto de partida para a caracterização dos momentos mais antigos de ocupação do território, contribuindo para delinear a sua relação com outras áreas da região onde as indústrias líticas deste período se encontram documentadas, estabelecendo, deste modo, semelhanças e assimetrias.

Por conseguinte, é fundamental dar continuidade ao trabalho de forma sistemática e devidamente enquadrada numa perspectiva regional, uma vez que se confirmou que a ausência de informação não equivale à falta de vestígios. A orientação da investigação neste sentido e o contínuo aperfeiçoamento das metodologias e leituras aplicadas poderão, a longo prazo e numa perspectiva de investigação à escala regional, possibilitar a revisão dos materiais recolhidos no Alto Alentejo desde o início do século XX, ampliar a investigação, introduzir novas pesquisas e elaborar, de forma actualizada, uma Carta do Paleolítico no Alto Alentejo, desde as margens dos rios Caia e Sever às Ribeiras de Sor e Raia.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2009), Notícia Explicativa da folha 32-C da Carta Geológica de Portugal, escala 1:50 000, Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia.

ALMEIDA, N. (2002), Os primeiros habitantes do Nordeste Alentejano. *Ibn Marúan*, n.º 12, p. 185-197.

ALMEIDA, N., DEPREZ, S. e DAPPER, M. (2007), As ocupações paleolíticas no Nordeste Alentejano: uma aproximação geoarqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol. 10, n.º 2, p. 7-16.

ALMEIDA, N., CARVALHO, V. e AVELEIRA, A. (2011), Primeiros dados sobre a Pré-história antiga do Nordeste Alentejano. *Comunicações das 3as Jornadas Arqueológicas do Nordeste Alentejano*, Edições Colibri/C.M. Fronteira, p.35-43.

ANGELUCCI, D.E. e DEUS, M. (2006), Geomorfologia e ocupação pré-histórica no baixo curso do rio Sôr: primeiras observações geoarqueológicas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol 9, n.º 2, p. 5-26.

BICHO, N. (2006), *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*, Edições 70, Lisboa.

BURKE, A. et al (2011), *The Palaeolithic occupation of Southern Alentejo: The Sado River Drainage Survey*. *Trabajos de Prehistoria*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, n.º 68, n.º1, p. 25-49

CUNHA-RIBEIRO, J.P e CURA, S. (2004), A jazida paleolítica de Sapateiros 2 (Reguengos de Monsaraz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, vol 7, n.º 2, p. 5-26.

GASPAR, R. e ALDEIAS, V. (2004), O Sítio Paleolítico de Arneiro Cortiço (Benavente). *Intervenções de Emergência no contexto dos terraços do Tejo*. *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Promontório Monográfico 02*, Universidade do Algarve, Faro, p. 385-396.

MARTINS, A.A. e CUNHA, P.P. (2008), Terraços do rio Tejo em Portugal, sua importância na interpretação da evolução da paisagem e da ocupação humana. Publicado nas Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo em território Português. CPGP Palmela, p. 163-175.

PONTIS – Grupo de Estudos Arqueológicos de Ponte de Sor (1999), Carta Arqueológica de Ponte de Sor, Câmara Municipal de Ponte de Sor.

RIBEIRO, A. (2008), Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis, in Al-madan, edição on-line, n.º 16.

SALVADOR., M.M.M.S. (2002), Contribuição para o Estudo do Paleolítico Inferior do Vale do Forno – Alpiarça, no seu Contexto Crono-estratigráfico. Tese de Mestrado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, volume policopiado.

SISMET (1984), Estação romana de Bembelide (freguesia do Maranhão, concelho de Avis), volume policopiado.

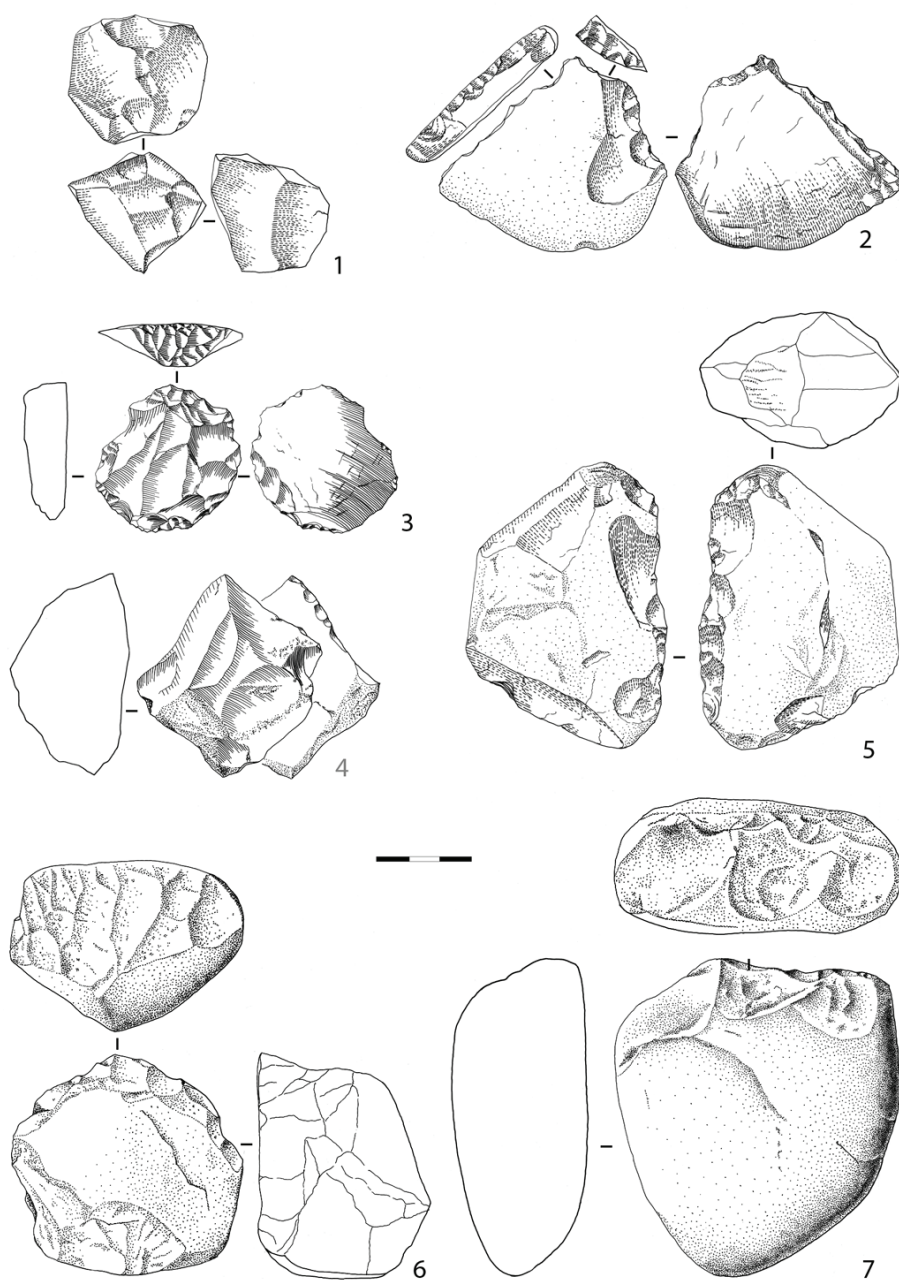
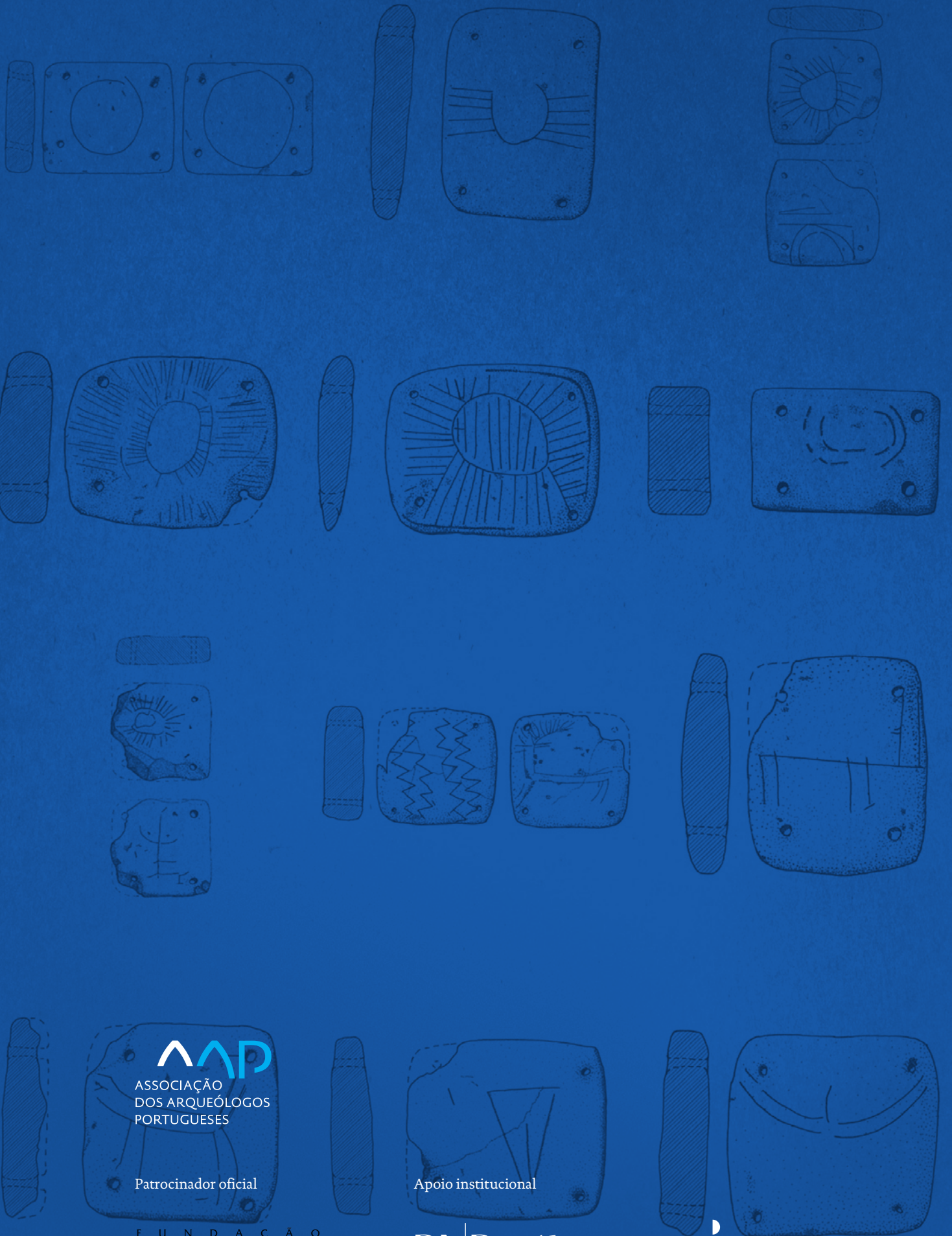


Figura 1 – Conjunto artefactual recolhido no decurso da Carta Arqueológica de Avis: 1 a 3 – Areeiro 2; 4 – Monte Velho 1; 5 – Maranhão 1; 6 a 7 – Camões 1. Desenhos de M. Fernanda Agostinho de Sousa.



AAP
 ASSOCIAÇÃO
 DOS ARQUEÓLOGOS
 PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO
Millennium
 bcp

BNP
 BIBLIOTECA
 NACIONAL
 DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
 PORTUGAL


 Parques de Sintra
 Monte da Lua